



A COR E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL

Cláudia Aparecida Avelar Ferreira¹
Paulo Fernando Braga Carvalho²
Cristiano Silva de Moura³

Resumo: O objetivo é analisar a relação entre as desagregações por sexo, raça de mulheres responsáveis pelo domicílio na faixa etária de 18 a 65 anos do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-NIS) no Brasil e na região Sudeste. A pesquisa documental utilizou os resultados do IPM-NIS e microdados do Censo Demográfico do ano de 2010. Os dados apontam que as mulheres negras apresentaram privações em quase todos os indicadores, sendo as mais proeminentes máquinas de lavar, saneamento, educação, densidade morador e trabalho informal. O estudo aponta a desigualdade social e racial das mulheres e a necessidade de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida das mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres negras; mulheres chefes por domicílio; desigualdade social.

THE COLOR AND THE FEMINIZATION OF MULTIDIMENSIONAL POVERTY IN BRAZIL

Abstract: The aim is to analyze the relationship between the disaggregation's by sex, race and women heads of household in the age group from 18 to 65 years of the Multidimensional Poverty Index (IPM-NIS) in Brazil and in the Southeast regions. For the documentary research, the microdata of the 2010 Demographic Census was use and the multidimensional poverty index of the Social Intelligence Center was applied. The data show that black women presented deprivations that almost all indicators, being the most prominent washing machine, sanitation, education, density dweller and informal work. The study points out the social and racial inequality of women, and the need for public policies to improve the quality of life of black women.

Keywords: Black women; women heads by household; Social inequality.

Artigo recebido em: 10/06/2023 Aprovado em: 17/11/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.45>

¹ Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Estágio Pós-doutoral em Geografia- Tratamento da Informação Espacial. Mestre em Administração - Centro Universitário UMA. Especialização em assistência farmacêutica pelo SUS(UFSC). MBA em administração de organizações hospitalares e serviços de saúde (FGV). Especialização em administração de serviços de saúde e saúde pública (UNAERP) Farmacêutica-bioquímica (UFMG).E-mail: claudiahgv@gmail.com

² Graduação em Matemática pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em Geografia-Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Geografia-Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialização em Educação Matemática pela FAFI-BH. Pós-doutorado em Geografia pela UFMG. Professor e Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da graduação (departamentos de Matemática e de Geografia) e coordena o curso de Pós-Graduação em Geoprocessamento de Análise Espacial na mesma instituição. E-mail: paulofernando@pucminas.br

³ Doutorando Geografia (PUC MINAS). Mestre em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) pela PUC MINAS. MBA em Gestão de Projetos pela Faculdade Pitágoras. Pós-Graduação em Educação Inclusiva e Especial pela Faculdade Finon. Graduado em Geografia - PUC MINAS. Atualmente é Coordenador Nacional de Impacto Social no ChildFund Brasil e Coordenador do Núcleo de Inteligência Social (NIS/PUC Minas). E-mail: Cristiano.Moura@childfundbrasil.org.br

1 INTRODUÇÃO

A erradicação da pobreza tem sido um dos maiores desafios enfrentados pela maioria dos países, sendo um fenômeno que faz parte da estrutura societal, e está diretamente relacionado com os campos político, econômico e social, afetando milhares de brasileiros.

A mensuração da pobreza é um requisito essencial para identificar quais privações causam maior influência na situação de pobreza da população, de um grupo de pessoas em determinado território ou país, e dar subsídios para os governos e organizações não governamentais intervirem, visando a sua erradicação. Para entender, mensurar e identificar os principais fatores relacionados com a pobreza identificam-se várias abordagens, dentre elas a multidimensional (ALKIRE; FOSTER, 2011a; SEN, 2000; STROTMANN; VOLKERT, 2018). Strotmann e Volkert (2018) ressaltam que o índice elevado de pobreza multidimensional leva à redução da felicidade das pessoas que vivenciam esta situação e, para Gaitán-Rossi e Velázquez- Guadarrama (2021) a pobreza urbana é o foco da criminalidade em decorrência da manifestação central das condições e da experiência da pobreza.

A abordagem pela pobreza multidimensional possibilita medir, acompanhar e avaliar a pobreza não monetária, calcular a incidência e intensidade no decorrer dos anos (FRANSMAN; YU, 2019). Para Sen (2000, p. 266), a importância de se mensurar a “pobreza relativa respalda-se na compreensão da existência legítima de oportunidades que engloba a opção do indivíduo e os processos de política pública” (SEN, 2000, p. 266). Esses processos demandam estudos da estrutura de oportunidades e de arranjos das instituições para as políticas sociais. Essa é a base teórica das capacitações ao reforçar que: “indivíduos estão aptos a fazer ou ser, bem como às condições que eles podem planejar, organizar e realizar ações para ter vida significativa” (SEN, 2000, p. 47).

Assim, as oportunidades sofrem influências pelo exercício das liberdades pessoais, por meio da livre escolha social e da tomada de decisão que estão interligadas e fomentam o fortalecimento do ciclo de promoção das capacidades das pessoas, que se classificam como políticas socioeconômicas (SEN, 2000). Dessa forma, os estudos sobre pobreza devem ir além da abordagem clássica econômica focada na renda, abrangendo a sustentabilidade pela via social, como a pobreza multidimensional (CARVALHO *et al.*, 2020; FRAGA; FERREIRA; TEODÓSIO, 2020).

SEN (2010) destaca, ainda, a feminização da pobreza e a necessidade de estimular o desenvolvimento e as implicações das capacidades das pessoas alinhadas à liberdade substantiva, interagindo com o funcionamento e financiamento das empresas e instituições atreladas à ética social.

Indo além, ressaltam-se dois vetores geradores de desigualdades sociais no Brasil: são o sexismo e o racismo (MARIANO; CARLOTO, 2009; ZAMORA, 2012), e o grupo mulher negra

representa uma interseção destes dois vetores, colocando-a em situação de vulnerabilidades na saúde, na educação, nas condições de moradia e na inserção e inclusão no mercado de trabalho. Por isso, os estudos que envolvem as mulheres negras devem demonstrar que elas estão sujeitas, no mínimo, à tripla discriminação na sociedade brasileira, gênero, raça e classe social (CRENSHAW, 2002), justificando as políticas públicas e projetos sociais existentes que têm o objetivo de mitigar os efeitos das privações permanentes às quais a população negra é submetida.

Neste trabalho, faz-se um estudo da pobreza, levando em consideração desagregações por sexo e raça/cor, no Brasil e na Região Sudeste do Brasil por essa ser umas das regiões com maior concentração populacional e densidade demográfica (IBGE, 2021). Tendo em vista os condicionantes arraigados na sociedade brasileira que afetam o cotidiano das mulheres negras, é importante levar em conta, nos estudos de raça, a questão de pobreza e carência de oportunidades (CARVALHO; LAURETO; PENA *et al.*, 2013; MARTINS, 2006). Isso leva a indagar: a pobreza multidimensional se manifesta de modo diferenciado entre as mulheres negras e brancas?

Assim, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre as desagregações por sexo, raça de mulheres responsáveis pelo domicílio na faixa etária de 18 a 65 anos do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-NIS) no Brasil e na região Sudeste. Como contribuição, este estudo apresenta a situação da pobreza multidimensional desagregada por sexo e raça, buscando evidenciar as diferenças de suas manifestações entre as mulheres negras e brancas chefes do domicílio.

A análise pelo recorte de mulheres responsáveis por domicílio é relevante dado que 37,3% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Os dados demonstram que as mulheres negras constituem uma das parcelas da população que mais sofrem privações e, ainda, que os indicadores de consumo, saneamento, educação, densidade de moradores por domicílio e trabalho informal são os que mais contribuem para a configuração da vulnerabilidade e pobreza multidimensionais.

2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL

As concepções de pobreza perpassam pela perspectiva econômica focada na renda (DINZEY-FLORES, 2017; GOLGHER, 2016), socioeconômica (TOWNSEND, 1979), sociológica (SEN, 2000), sustentável (STEVEN *et al.*, 2017) e multidimensional (BRAMILLA; CUNHA, 2020; SEN, 2000).

A pobreza é um fenômeno multidimensional por se configurar de forma explícita e material a situação em que há negação de oportunidades e conseqüente privação de escolhas para o desenvolvimento educacional, econômico e social das pessoas (ALKIRE; FOSTER, 2011a, b; ALKIRE;

FOSTER; SETH *et al.*, 2015; BRAMILLA; CUNHA, 2020; GAITÁN-ROSSI; VELÁZQUEZ GUADARRAMA, 2021; GOLGHER, 2016; STROTMANN; VOLKERT, 2018; SEN, 2000).

Sen (2000) ressalta que a pobreza é uma condição de violação aos direitos humanos e, portanto, é importante incorporá-la na concepção de privação, diante das necessidades humanas básicas e imediatas, como alimentação, habitação, educação, saúde, segurança, participação no mercado de trabalho e no exercício de direitos cívicos.

A pobreza multidimensional é fundamentada em três princípios categorizados em: privações (não consegue fazer acontecer seu funcionamento), funcionamentos (concretização de uma pessoa dentro do limite do possível - exemplo: vou comer, se tiver algo para essa ação) e capacitações (combinações alternativas dos funcionamentos) (SEN, 2000) e no desenvolvimento individual.

Para sua mensuração, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, em parceria com o Centro de Pesquisas *The Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), desenvolveu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), indicador para avaliar a pobreza multidimensional com o propósito de se obter um retrato, mais real possível, das pessoas em situação de pobreza, que se subdivide em três dimensões: educação, saúde e padrão de vida (ALKIRE; FOSTER, 2011a). As dimensões do IPM compreendem as subdimensões, como proposto por Alkire e Foster (2011a), devem ser adaptadas para refletir a realidade de cada país ou região em estudo.

No Brasil, o Núcleo de Inteligência Social (CARVALHO *et al.*, 2020) fez adaptações, como sugerido na metodologia proposta pela OPHI, e criou o IPM-NIS. O IPM-NIS pondera que “pobres são as pessoas com acúmulo de privações simultâneas em múltiplas dimensões da vida operacionalizadas por meio de indicadores” (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 12) e não somente na renda. Essa metodologia consegue medir os aspectos objetivos que atingem e privam a liberdade dos indivíduos na tomada de decisão acerca da trajetória da própria vida, como o desejo de ter uma vida saudável e obter as competências para trabalhar (CARVALHO *et al.*, 2020).

O IPM-NIS é constituído de 13 indicadores nas 4 dimensões (CARVALHO *et al.*, 2020, p.21) e, consoante ao IPM Global da OPHI, foram atribuídos pesos iguais para cada dimensão, correspondendo a 25% de privações identificadas em um domicílio. Cada dimensão recebeu pesos, conforme a quantidade de indicadores. Como exemplo, padrão de vida com seis indicadores, cada um com peso de 4,17; saúde com único indicador, peso de 25%, educação e trabalho com três indicadores, cada um com peso igual 8,33%. Assim, os dados em si descrevem qual ou quais as dimensões ou indicadores impactaram e levaram à maior privação para justificar a pobreza. Assim, o IPM-NIS é um índice calculado com indicadores distribuídos nas quatro dimensões citadas anteriormente: saúde, educação, trabalho e padrão de vida.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A análise da pobreza com desagregações por raça/cor de mulheres responsáveis pelo domicílio na faixa etária 18 a 65 anos, como proposto no objetivo deste trabalho, será feita tomando como referência a definição de pobreza multidimensional e, para mensuração da pobreza, aplicar-se-á uma adaptação à realidade brasileira da metodologia de contagem de privações proposta por Alkire e Foster (2009), o IPM-NIS. Adota-se uma abordagem descritiva, quantitativa (CRESWELL, 2007) e documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Os dados selecionados para elaboração do IPM-NIS foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, questionário da amostra, tendo como unidade espacial básica o domicílio. A seleção das variáveis foi guiada pelas dimensões Educação, Saúde, Trabalho e Padrão de Vida, totalizando 13 indicadores, apresentados no Quadro 1, que são compatíveis com o questionário proposto para o Censo Demográfico a ser realizado no ano de 2022, ou seja, o conjunto de dados permitirá avaliação da evolução da situação da pobreza, quando forem disponibilizados novos dados censitários.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e pesos do IPM

Dimensão	Indicador	Quem é privado?	Peso (%)
Educação	Frequência Escolar	Domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 6 e 17 anos que não frequenta escola	8,33
	Distorção Idade-série	Domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 8 e 17 anos com 2 ou mais anos de idade acima do recomendado para a série/ano que está cursando	8,33
	Escolaridade	Domicílio no qual nenhum morador com 18 anos ou mais tenha completado o ensino fundamental	8,33
Saúde	Mortalidade Infantil	Domicílio em que ao menos uma criança de até 5 anos de idade tenha falecido no ano de referência.	25,00
Trabalho	Trabalho Infantil	Domicílio em que pelo menos uma criança de 10 a 15 anos estava trabalhando na semana de referência	8,33
	Desocupação	Domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais que estava desocupada no mês de referência	8,33
	Trabalho Informal	Domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais ocupado em posição informal (empregador, conta própria ou empregado sem carteira que não contribuía para a previdência)	8,33
Padrão de vida	Material do domicílio	Domicílio onde não foi utilizado material de alvenaria (com ou sem revestimento) para sua construção das paredes externas.	4,17
	Água potável	Domicílio onde não há abastecimento de água via rede geral de distribuição.	4,17
	Saneamento	Domicílio em que o esgoto do banheiro ou sanitário não é lançado em rede geral.	4,17
	Lixo	Domicílio cujo lixo não é coletado por serviço de limpeza.	4,17
	Densidade morador dormitório	Domicílio com mais de 2 moradores por dormitório.	4,17
	Consumo	Domicílio sem máquina de lavar roupa	4,17

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às dimensões propostas, a Educação, primeira dimensão, se refere ao desenvolvimento de capacidades relativas aos funcionamentos de conhecimentos e habilidades, o que ressalta a importância de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem no decorrer da vida para todas e todos (ALKIRE; SANTOS, 2010).

A segunda dimensão, Saúde, representa o funcionamento de viver uma vida longa e está representada pelo indicador de Mortalidade Infantil (FRANÇA *et al.*, 2017). É necessário que o domicílio privado tenha pelo menos uma criança de 0 a 5 anos tenha falecido no ano de referência do Censo Demográfico (CARVALHO *et al.*, 2020).

A terceira dimensão, o Trabalho, está relacionada com a capacidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos através de emprego pleno e trabalho decente (MANANDHAR, HAWKES, BUSE *et al.*, 2018). A quarta dimensão se refere ao Padrão de Vida e está representada por seis indicadores selecionados que constituem medidas indiretas do acesso a funcionamentos no domicílio (CARVALHO *et al.*, 2020). Formalmente, o IPM-NIS é representado por três medidas:

A Incidência da pobreza (IC) ou *Headcount* (H): é a proporção de pobres multidimensionais na população, dada pelo quociente entre o Número de Pobres NP, identificados a partir do corte da pobreza estabelecido, e o número total de habitantes N, isto é, $IC = \frac{NP}{N}$.

A Intensidade da pobreza (IT) ou Amplitude (A): é a pontuação média de privação entre os pobres multidimensionais, isto é, em quantos indicadores ponderados os pobres são privados em média. É dada pela soma das proporções de privação de cada domicílio pobre, dividido pelo Número de Domicílios Pobres (NDP): $IT = \frac{\sum_{i=1}^n SPP_i}{NDP}$, onde:

SPP_i é a Soma das Privações Ponderadas na observação O_i

NDP é o Número de Domicílios Pobres

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ou Incidência Ajustada: é a proporção de privações do conjunto da população pobre em relação ao total de privações que toda a população poderia sofrer. É dado pelo produto entre Incidência e Intensidade: $IPM = IC \cdot IT$. O valor da incidência ajustada, ou IPM, é maior e tanto mais próximo da incidência absoluta, quanto maior é a intensidade média, isto é, quanto maior é o número de indicadores em que os domicílios são privados. Intuitivamente, quando $IPM = IC$ todos os pobres multidimensionais são privados em todos os indicadores. O detalhamento da metodologia de cálculo do IPM-NIS pode ser visto em Carvalho *et al.* (2020).

Seguindo o formato de disponibilização dos dados originais pelo IBGE, adota-se sexo como concepção biológica binária (homem e mulher) e a população negra está associada à autodeclaração da pessoa como preta ou parda, conforme proposto no Estatuto da Igualdade Racial

(BRASIL, 2010). Assim, da base de dados com os resultados do IPM-NIS foram, inicialmente, filtrados os domicílios que têm como responsável a mulher e, posteriormente, fez-se a desagregação por raça/cor com a identificação de domicílios em que a responsável é negra ou branca.

Tendo em vista que a diferença entre número de mulheres negras e de mulheres brancas que são responsáveis pelo domicílio, em alguns momentos, a apresentação e a análise dos resultados serão feitas com dados relativos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 os dados de renda média estão em números de salários mínimos e o que se observa é que, no Brasil, a renda média individual da mulher negra é de 1,6 salários mínimos e a renda média em domicílios chefiados por mulher negra de 3,0 salários mínimos, enquanto, para mulheres brancas, os mesmos dados são, respectivamente, 3,1 e 5,5 salários mínimos. Esses indicadores mostram que as mulheres negras têm renda média quase igual à metade do observado para mulheres brancas, quadro que se repete ao analisar os dados da região Sudeste. Os dados do Brasil e do Sudeste apontam que a mulher negra está em condição de desigualdade salarial quando comparada com a situação da mulher branca. Essa situação pode desencadear uma maior vulnerabilidade social ou até mesmo à pobreza multidimensional nos domicílios chefiados por mulheres negras.

Tabela 1 - Domicílios chefiados por mulheres: renda média no Brasil e região Sudeste

Sexo/raça	Renda média	
	Sudeste	Brasil
Negra domiciliar	3,4	3,0
Branca domiciliar	6,2	5,5
Negra pessoa	1,8	1,6
Branca pessoa	3,5	3,1

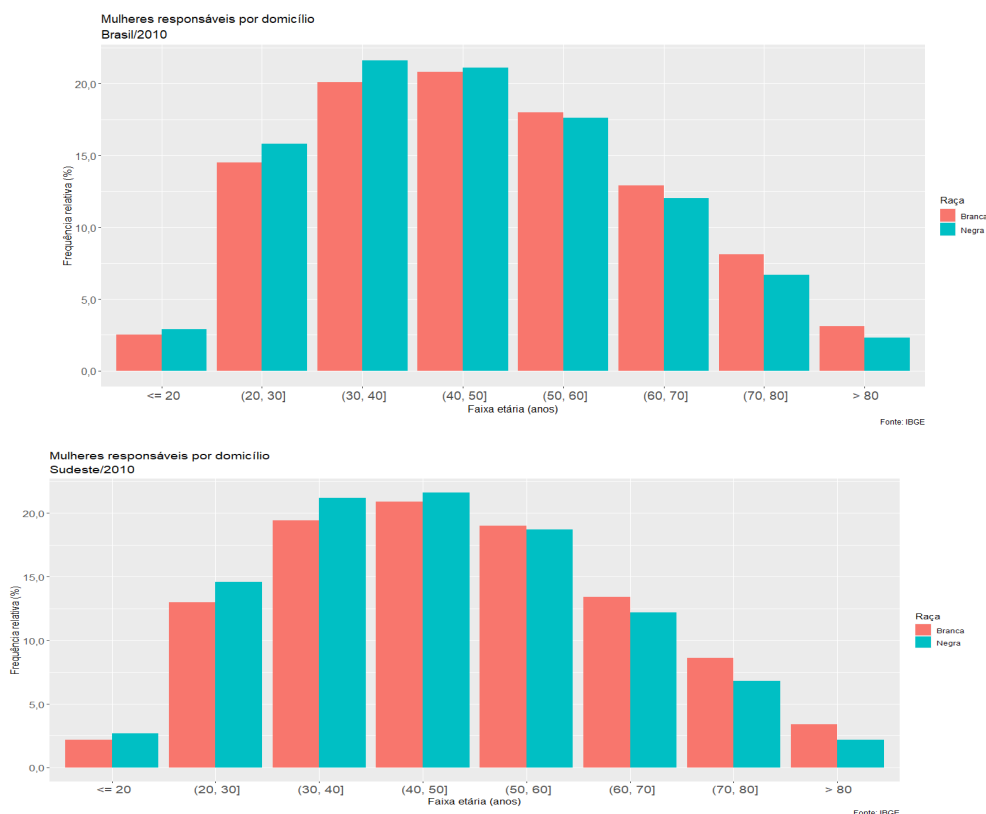
Fonte: IBGE, 2010.

Esses resultados corroboram com os autores (MARIANO; CARLOTO, 2009, 2013; ZAMORA, 2012) que apontam as mulheres negras com menores rendimentos. Com muita frequência, a mulher negra se torna responsável pelo domicílio sem a presença de um cônjuge e com filhos; por razões sociais ou de discriminação (NASCIMENTO, 2018). A renda familiar baixa gera uma insegurança nas bases estruturais da família, impactando a qualidade de vida das pessoas devido às privações da pessoa em si e da família (SEN, 2000) e apresenta uma correlação negativa com outras condições da família e do domicílio como habitação e despesas (GOLGHER, 2016).

A idade média das mulheres brasileiras responsáveis pelo domicílio é de 47,9 anos, e, quando desagregada por sexo, o que se observa é uma média de anos menor para as mulheres negras, 46,5 anos, do que entre para as mulheres brancas, 49,5 anos. Na região sudeste a média geral

é de 48,9 anos, sendo de 46,9 anos para mulheres negras e de 50,5 anos para as brancas. Ao comparar por faixa etária relativa, a porcentagem de mulheres negras responsáveis pelo domicílio é maior que das brancas para idades até 50 anos. Para mulheres com 50 ou mais as brancas tendem a apresentar maior participação. A Figura 1 apresenta os resultados para as mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil e região Sudeste.

Figura 1- Faixa etária das mulheres que chefiam domicílios – Brasil e Região Sudeste/2010



Fonte: Elaboração própria.

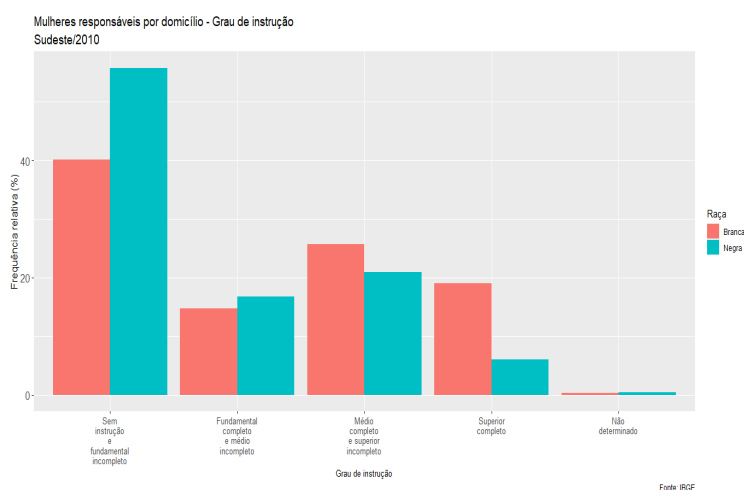
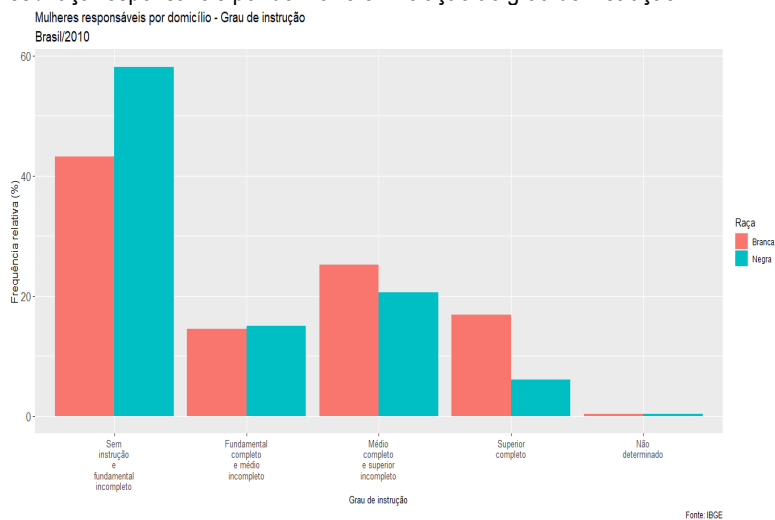
As mulheres negras frequentemente engravidam mais cedo que as brancas devido ao grau de vulnerabilidade social que vivenciam, conforme o estudo do *Plan International Brasil* (2021, p. 24), que indicam diferenças de gravidez em meninas na faixa etária de 14 a 15 anos - negras (12,3%) e brancas (2,5%); 16 a 17 anos- negras (25,9%) e brancas (8,6%) e 18 a 19 anos - negras (35,8%) e brancas (9,9%). Outras consequências são gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar e abandono, e na maioria dos casos estas mulheres estão na faixa 35 a 54 anos (PINTO; MICHJELETTI; BERNARDES *et al.*, 2011).

O grau de instrução da mulher responsável pelo domicílio também diverge conforme a raça. A Figura 2 mostra dados do Brasil e região Sudeste, e quanto maior o grau de instrução observado, maior a diferença a favor das mulheres brancas, sendo que a frequência relativa das mulheres negras só é maior que a frequência relativa das mulheres brancas no nível de sem instrução e fundamental incompleto. Os dados são corroborados por Albuquerque *et al.* (2010) e Nascimento

A COR E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL

(2018) que apontam que a taxa de analfabetismo das mulheres negras é duas vezes maior que das brancas. Tendo em vista que a educação abre portas para oportunidades, mais uma vez, a mulher negra se encontra em situação mais vulnerável que a mulher branca.

Figura 2 - Mulheres / raça responsáveis por domicílio em relação ao grau de instrução



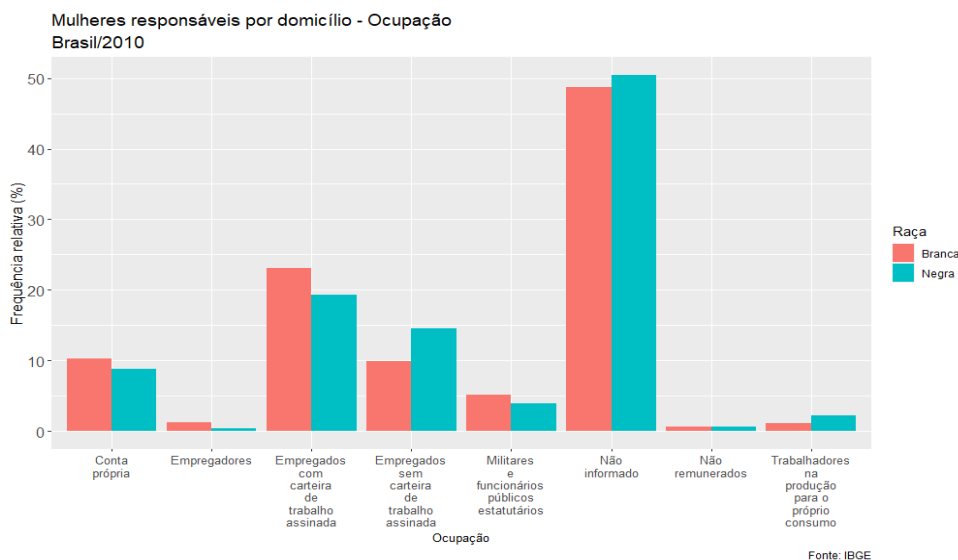
Fonte: Elaboração própria.

Para Albuquerque *et al.* (2010) as mulheres negras têm menores chances de inclusão no mercado de trabalho e são mais atingidas pelo desemprego que as brancas, enquanto Nascimento (2018) destaca que 3% estão cadastradas no Bolsa Família. Pinto *et al.* (2011) ressaltam, ainda, que na família monoparental feminina, a provedora, por ter dupla carga de trabalho como o trabalho doméstico e cuidar dos filhos, tem dificultado o acesso aos trabalhos bem remunerados em tempo parcial ou intermitente, levando as maiores privações e funcionamentos da própria família (SEN, 2000).

A distribuição das mulheres chefes de domicílios em relação à ocupação no Brasil em 2010 estão representadas graficamente na Figura 3, sendo que, aproximadamente 50% das mulheres não têm ocupação informada, e 8,84 % das mulheres negras e 10,3% das mulheres brancas trabalham

por conta própria. Observa-se, também, frequência relativa maior de mulheres brancas empregadas com carteira assinada do que negras, situação de trabalho formal que traz mais segurança e benefícios para os empregados.

Figura 3- Comparação entre mulheres negras e brancas responsáveis por domicílio em relação a ocupação no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta resultados sobre a condição de pobreza e vulnerabilidade multidimensional de mulheres negras e brancas responsáveis por domicílio. Em 2010, do total de 164.989 domicílios chefiados por mulheres negras, 1,49% estavam em situação de pobreza multidimensional enquanto 60.211 domicílios chefiados por mulheres brancas, equivalente a 0,56%, se enquadravam na mesma situação. Ao considerar em conjunto os domicílios pobres multidimensionais e/ou vulneráveis à pobreza multidimensional, são observados 1.057.679 domicílios chefiados por mulher negra (9,82%), quase o dobro dos 460.470 domicílios (4,27%) chefiados por branca. Os dados sugerem que a mulher negra sofre mais com a pobreza ou vulnerabilidade à pobreza multidimensional do que a mulher branca.

Tabela 2 – Condição de pobreza e vulnerabilidade multidimensional em domicílios chefiados por mulheres negras e brancas

Condição de pobreza e vulnerabilidade multidimensional	Negras	Branças
Pobres multidimensionais (dos domicílios chefiados por mulher da raça)	1,49% / 164.989 domicílios	0,56% / 60.211 domicílios
Pobres multidimensionais e/ou vulneráveis à pobreza multidimensional (dos domicílios chefiados por mulher da raça)	9,82% / 1.057.679 domicílios	4,27% / 460.470 domicílios

Fonte: IBGE, 2010 e NIS (2020).

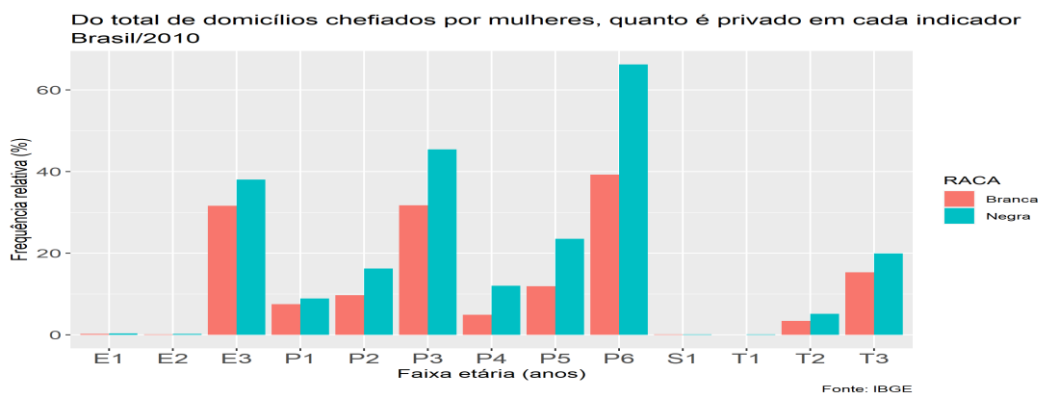
A COR E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL

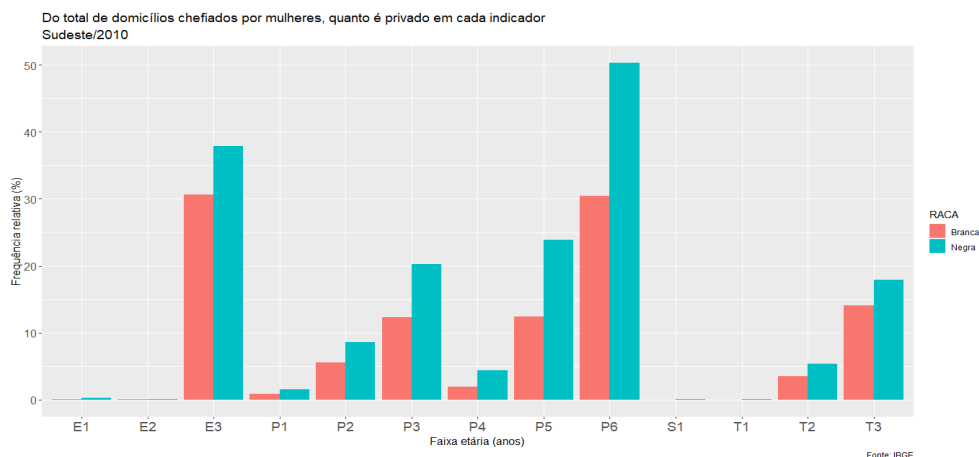
As mulheres negras têm mais chances de pobreza que as brancas devido à discriminação de gênero e raça, podendo afetar substancialmente elevado número de pessoas em relação às privações, ocasionando vulnerabilidades e pobrezas multidimensionais (VAZ; JANUZZI, 2014), demonstra a intersecção do sexismo, racismo e classe social (CRENSHAW,2002) na sociedade brasileira vem fortalecendo a exclusão e manutenção das mulheres negras na base da pirâmide social. Strotmann e Volkert (2018) enfatizam que elevado IPM leva a redução da felicidade das pessoas que vivenciam esta situação.

A Figura 4 evidencia qual a frequência relativa de domicílios chefiados por mulheres privados em cada indicador no Brasil e na região Sudeste. Mais uma vez, optou-se por trabalhar com dados relativos porque o número de domicílios chefiados por negras é diferente do número de domicílios chefiados por brancas. No indicador Escolaridade foram observadas privações em 38% dos domicílios chefiados por mulher negra e 31,6% daqueles chefiados por mulheres brancas. Cerca de 45% dos domicílios chefiados por mulheres negras são privadas de saneamento, e, das brancas, cerca de 30% no Brasil; já no Sudeste, as mulheres negras estavam privadas em 21% e as brancas 15%. Dos domicílios chefiados por mulheres negras e brancas no Brasil, respectivamente, 70% e 38% são privados de máquina de lavar roupa, e no Sudeste, mulheres negras 51% e brancas 31%. Este indicador é de interesse pois está diretamente relacionado com o tempo que a mulher pode economizar para se dedicar a várias outras atividades, como investir em sua formação, ajudar as crianças com atividades escolares, se relacionar com outros membros da família e, por que não, ao descanso. Não foram identificadas diferenças significativas no indicador de Mortalidade Infantil.

A desocupação é mais frequente nos domicílios chefiados por mulheres negras, 6%, do que naqueles chefiados por branca, aproximadamente 3% nos níveis de Brasil e região Sudeste. A informalidade no trabalho também é mais frequente para negras do que para brancas, 20% e 15%, respectivamente no Brasil, e no Sudeste, mulheres negras no trabalho informal 17% e 14% brancas. Concluindo, em todos os indicadores usados no IPM, a privação é maior em domicílios chefiados por mulheres negras do que naqueles chefiados por mulheres brancas.

Figura 4: Domicílios chefiados por mulheres negras e brancas privados em cada indicador

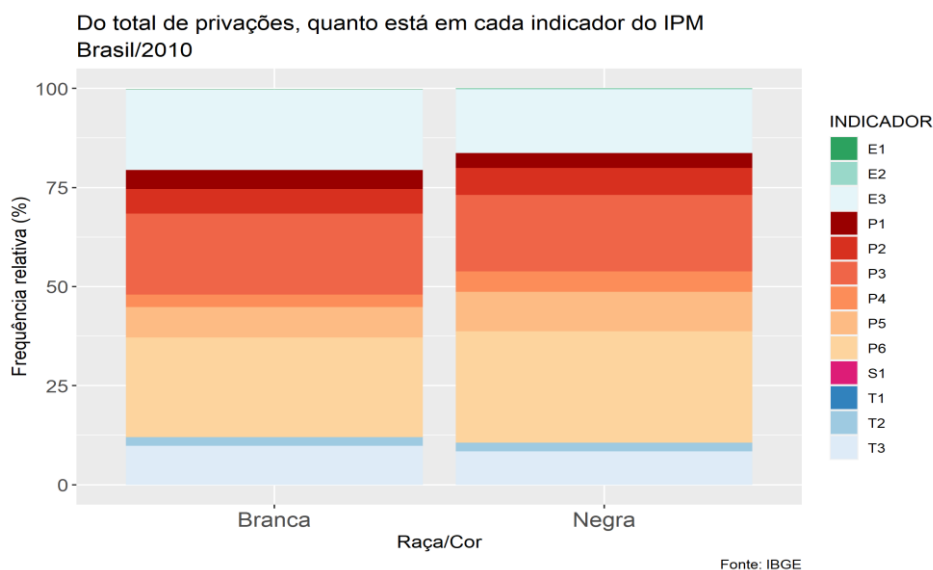




Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apresentados na Figura 5 destacam que os indicadores de Consumo (P6) não ter esgoto do banheiro ou sanitário lançado em rede geral (P3), Escolaridade (E3) e Trabalho Informal (T3) são os que mais contribuem para um domicílio estar em situação de pobreza ou vulnerabilidade ou, como consequência, com maiores valores para o IPM. O indicador de Escolaridade sinaliza uma questão crítica, pois o domicílio só é considerado privado se nenhum residente adulto conseguiu completar o ensino fundamental (CARVALHO *et al.*, 2020) e sua privação reflete na perda de oportunidades e funcionalidades. O indicador de saneamento é outro indicador desafiador, pois sua privação gera impactos na saúde (BRAMBILLA; CUNHA, 2020). É interessante notar que o indicador de escolaridade pesa mais na composição do IPM para as mulheres brancas (peso de 21%) do que no das mulheres negras (peso de 12%). Isto pode ser reflexo do fato de as mulheres negras apresentarem privações em mais indicadores e com mais frequência.

Figura 5- Total de privações de cada indicador do IPM/ 2010



Fonte: Elaboração própria.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi analisar a relação entre as desagregações por sexo, raça de mulheres responsáveis pelo domicílio na faixa etária de 18 a 65 anos do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-NIS) no Brasil e na região Sudeste. As mulheres negras sofrem mais privações e perdem mais funcionamentos que impactam a sua vida e de seus familiares, sendo um grupo prioritário para monitoramento e novas ações de políticas públicas. Os fatores mais fortemente relacionados com altos índices de pobreza multidimensional foram a escolaridade e o trabalho informal, e os indicadores de saneamento e de consumo, que apontam diretamente para uma habitação inadequada.

Os resultados ora apresentados apontam para a necessidade de desenvolver ações que promovam a igualdade de gêneros e raça, a redução de desigualdades e a erradicação da pobreza. Em especial, destaca-se que, mesmo entre as mulheres, são observadas diferenças ligadas à questão racial, pois as mulheres negras estão mais privadas que as mulheres brancas em diversos indicadores e, com isso, mais limitadas para exercer seus funcionamentos e sua cidadania plena.

Como estudo futuro, pretende-se avaliar a efetividade das políticas públicas e programas sociais a partir dos dados a serem gerados pelo Censo Demográfico de 2022, tendo em vista que os indicadores selecionados para o IPM-NIS são compatíveis com as perguntas propostas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Verônica Santos; MOÇO, Ednéia Tayt-Sohn Martuchelli; BATISTA, Cláudio Sergio. Mulheres Negras e HIV: determinantes de vulnerabilidade na região serrana do estado do Rio de Janeiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n.2, p. 63-74, 2010.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper nº 32**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2009.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute Multidimensional Poverty: a New Index for Developing Countries. **OPHI Working Paper nº 38**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2010.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v.95, n. 7-8, p. 476–487, 2011a.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. **Journal of Economic Inequality**, v. 9, n.2, p.289–314, 2011b.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James E.; SETH, Suman; SANTOS, Maria Emma; ROCHE, Jose M.; BALLON, Paola. Multidimensional Poverty Measurement and Analysis: the Framework. Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). January 2015. **OPHI Working Paper nº. 83**. p. 1-63.

BRAMBILLA, Marcos Aurélio; CUNHA, Marina Silva da. O Impacto da pobreza multidimensional e da desigualdade na distribuição de renda nos fluxos migratórios, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 1, p. 155-180, 2020.

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 189, n. 122, p.1, 21jul. 2010.

CARVALHO, Paulo Fernandes B; MASS Lucas P. Wan Der.; MOURA, Cristiano Silva de *et al.* **Índice de pobreza multidimensional**. Brasil. Belo Horizonte: PUC Minas; Child Fund Brasil, 2020.

CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata de; LAURETO, Camilo Rey; PENA, Marina Garcia; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo; RODRIGUES JUNIOR, Waldery. Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 30, n. 2, p. 567-594, jul. /dez 2013.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Tradução L. de O. Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007. (Obra original publicada em 2003).

DINZEY-FLORES, Zaire Z. Spatially polarized landscapes and a new approach to urban inequality. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 2, p. 241-252, 2017.

FRAGA, Marinette Santana; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar, TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Elementos emancipatórios na pobreza multidimensional: a gestão dos ativos intangíveis e do capital social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, out. /dez. 2020.

FRANÇA, Elisabeth Barboza; LANSK, Sônia; REGO, Maria Albertina Santiago *et al.* Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de carga global de doença. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 20, supl. 1, p. 46-60, mai. 2017.

FRANSMAN, Tina; YU, Derek. Multidimensional poverty in South Africa in 2001–16. **Development Southern Africa**, v. 36, n. 1, p. 50–79, 2019.

GAITÁN-ROSSI, Pablo; VELÁZQUEZ GUADARRAMA, César. A systematic literature review of the mechanisms linking crime and poverty. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 28, p. 1-25, mar. 2021.

GOLGHER, André. Multidimensional poverty in urban Brazil: income, assets and expenses. **International Journal of Social Economics**, v. 43, n.1, p. 19-38, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Microdados do Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da Amostra. Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas-DPE-Coordenação de população e indicadores sociais -COPIS. **Cidades e estados**. Brasília, 2021.

MANANDHAR, Mary; HAWKES, Sarah; BUSE, Kent; NOSRATID, Elias; MAGARA, Veronica. Gender, health and the 2030 agenda for sustainable development. **Bull World Health Organization**, n.96, p. 644–653, 2018.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Revista de Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 901-908, dez. 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 393-417, maio /ago. 2013.

MARTINS, Alaerte Leandro. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2473-2479, 2006.

NASCIMENTO, Silvana Silva do. Saúde da mulher negra brasileira: a necessária intersecção em raça, gênero e classe. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 243, p. 91-103, jan. /abr. 2018.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevicus *et al.* Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 167-179, 2011.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por Ser Menina**. Publicado em 23 de novembro de 2021. Disponível em: <https://plan.org.br/noticias/lancamento-pesquisa-por-ser-menina-no-brasil/>. Acesso em 29 mar 2022.

SÁ-SILVA, Jakson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n.1, jul. 2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEVEN, J. Lade; HAIDER, L. Jamila, ENGESTRÖM, Gustav; SCHLÜTER, Maya. Resilience offers escape from trapped thinking on poverty alleviation. **Science Advances**, n. 3, p. 1-11, maio 2017.

STROTMANN, Harald; VOLKERT, Jürgen. Multidimensional poverty index and happiness. **Journal Happiness Studies**, v.19, p. 167–189, 2018.

TOWNSEND, Peter. **The Definition and Measurement of Poverty**. London: HMSO, 1979. p. 17-18.

VAZ, Alexander Cambraia N.; JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicador de Pobreza Multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multissetorial do Plano Brasil Sem Miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n.8, p. 32-49, jul. / dez. 2014.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal, Revista de Psicologia**, v.24, n.3, p.563-578, set. /dez. 2012.